



PSD p.5

PS é um “cata-
vento de mixórdias
ideológicas”



PSD p.7

Acordo para tratar doentes
com hepatite C

POVO LIVRE



nº 1862

11 de Fevereiro de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

ESTADO RECONHECE ACTUAÇÃO SOLIDÁRIA DA SOCIEDADE CIVIL



O Primeiro-Ministro inaugurou o Quartel dos Bombeiros de Vale de Cambra

Redução do desemprego é uma boa notícia para os portugueses



Em visita à empresa Granorte, Santa Maria da Feira, dia 4 de Fevereiro, o Primeiro-Ministro frisou estar satisfeito pelo facto do desemprego estar efectivamente a baixar, considerando que estes números significam que as previsões “não são vacas sagradas”, tendo pedido às instituições europeias que aproximem as futuras da realidade observada. Pedro Passos Coelho afirmou que só pode “ficar satisfeito pelo facto do desemprego estar a baixar e o emprego estar efectivamente a subir”. “Os resultados que agora estamos a registar ficaram bastante melhores do que aquilo que eram as previsões. As previsões são muito importantes quando nós definimos as orientações da política económica mas as previsões não são factos, não são vacas sagradas”, assinalou.

O Primeiro-Ministro recordou que, quer o FMI, quer a Comissão Europeia fizeram uma previsão de uma taxa de desemprego muito superior aquela que foi na verdade observada. “Mantemos e reforçamos as convicções das metas que traçamos para 2015. Achamos que as previsões que fizemos estão mais próximas da realidade dos factos observados em 2014 do que aquelas que foram feitas quer pela Comissão Europeia, quer pelo FMI e espero que estas duas instituições possam ir aproximando as futuras previsões daquilo que é a realidade que foi sendo observada em Portugal”, apelou.

Afirmando que preferia que a taxa fosse ainda melhor, Passos Coelho foi peremptório: “não posso dizer ao país que estou preocupado pelo facto do desemprego estar a baixar”. “Alguma coisa aconteceu de bom que fez com que em Portugal a descida do desemprego tivesse sido mais acentuada do que na generalidade dos países europeus”, defendeu.

Naquela que foi uma visão que apelidou de “cristalina” sobre os dados conhecidos, o governante afirmou que Portugal tem “consideravelmente menos desempregados” do que o que tinha há um ano atrás e uma “taxa de empregabilidade maior”. “A taxa de desemprego baixou 2,3 pontos percentuais de um ano para o outro”, referiu.

“Portugal tem ajudado o povo grego”

Passos Coelho afirmou ainda que “Portugal é dos países na Europa que mais tem ajudado o povo grego”, considerando que não estará em causa na Grécia o “conto de crianças” de emitir a dívida que entende. Quando questionado sobre uma eventual visita do recentemente eleito Governo grego a Portugal, Pedro Passos Coelho disse que, apesar de isso neste momento não estar previsto, “se o primeiro-ministro da Grécia quiser visitar Lisboa”, o Governo terá “muito gosto nisso”.

Na opinião do chefe do Governo, “a Grécia tem tido, quer por parte da Europa, quer por parte de Portugal, um apoio considerável para poder ser bem sucedido” - o que se traduz, por exemplo, em mais tempo para pagar a

dívida - realçando que “Portugal é dos países na Europa que mais tem ajudado o povo grego”. “Eu disse uma coisa e quero repeti-la. Não existe no mundo nenhum sistema em que uma empresa, uma família ou um país emita a dívida que entende e possa acrescentar mais dívida sem que os seus credores possam ter garantias de que a dívida que existe é paga. Isso não existe em lado nenhum. E volto a repetir, isso seria um conto de crianças. Não é isso com certeza que estará em causa na Grécia nem em outro país que eu conheça”, enfatizou.

Na opinião de Passos Coelho, para encontrar “uma solução de sustentabilidade para a Grécia ela terá que ser procurada entre um equilíbrio” entre credores e as responsabilidades dos governos gregos. “Eu não conheço nesta altura qualquer proposta concreta do Governo grego. O que nós vimos conhecendo é algumas opiniões e algumas ideias que têm sido veiculadas pela comunicação social. Não vou fazer aquilo que muita gente tem



feito que é emitir opiniões avulsas sobre ideias avulsas sobre um programa que não conheço e que não me parece que adiantasse muito esclarecimento à opinião pública”, respondeu, perante a insistência dos jornalistas.

O Primeiro-Ministro destacou ainda que “a Grécia tem sido um caso muito singular” e enfatizou a preocupação, quer da Europa, quer de Portugal, em “prestar muita cooperação e auxílio aos diversos governos gregos”, mantendo-se interessado “em cooperar para que uma solução sustentável seja atingida”. “A Grécia não está na mesma posição que estava em 2009, 2010 quando a crise foi espoletada, a Grécia progrediu bastante durante esse tempo mas ainda não conseguiu - como conseguiu a Irlanda e Portugal - resolver o problema fora de um quadro de assistência financeira”, sublinhou.

Primeiro-Ministro vai responder às perguntas sobre BES

Pedro Passos Coelho assegurou que vai responder às perguntas enviadas pelos deputados sobre o caso BES, mas crê que não terá muito a acrescentar aquela que é a posição conhecida do Governo português. O Primeiro-Ministro recordou que não vê “nenhum problema em responder às questões que os senhores deputados queiram formular sobre essas matérias”. “Temo que a minha capacidade para poder acrescentar alguma informação relevante seja muito limitada porque no essencial é conhecida a posição do Governo português. Ela tem sido aliás expressa pela ministra de Estado e das Finanças e nas oportunidades que tive, a pedido do doutor Ricardo Salgado, de o ouvir quando ele o solicitou, foi transmitida uma posição que não é diferente daquela que a ministra das Finanças transmitiu e que é conhecida do resto do país, enfatizou.

Nunca foi transferido tanto dinheiro para o SNS

Pedro Passos Coelho garantiu que não foi por falta de dinheiro que os hospitais evidenciaram menos recursos médicos, afirmando que nunca foi transferido tanto financiamento para o Serviço Nacional de Saúde. No discurso de inauguração do centro médico especializado no tratamento e diagnóstico em Oncologia “Lenitudes - Medical Center & Research”, em Santa Maria da Feira, o primeiro-ministro considerou que não há nenhuma evidência no raciocínio de que a crise “representou um desinvestimento grande na área da saúde, que motiva hoje os problemas que têm aparecido, nomeadamente em serviços de urgência”. “Nós temos dificuldade em termos dos recursos humanos de que necessitamos, isso é verdade, nomeadamente na área médica, não temos os médicos de que precisamos, mas não é por falta de dinheiro. Que fique bem registado: não é por falta de dinheiro nem foi por falta de dinheiro que os hospitais evidenciaram, num ou noutro caso, menos recursos médicos que aqueles que eram necessários”, enfatizou.

Passos Coelho deixou uma garantia: “Transferimos para a saúde e para o Serviço Nacional de Saúde o financiamento que nunca foi transferido em Portugal em todos os anos de democracia de que tenho memória”.

Para resolver o problema da falta de médicos, o Primeiro-Ministro defendeu que é necessário actuar sobre a causa e “formar mais médicos do que aquilo que tem sido habitual no país”. “Talvez aqui haja uma oportunidade, também ao nível da formação, para que o investimento privado se possa fazer. Não há nenhuma razão para que não exista formação privada na área dos cursos de medicina. O Estado não tem que deter o monopólio nessa matéria”, defendeu.

Segundo o Primeiro-Ministro, foi ainda feita pelo Governo a requalificação de muitas urgências e investimento em novos equipamentos, tendo sido possível, “paulatinamente, transferir também recursos que se destinam não apenas a novo investimento, mas também a saldar contas antigas que estavam por pagar”.

“Temos hoje em termos de saldo líquido um maior número de médicos do que tínhamos em 2010. Temos mais camas disponíveis, tratamos mais doentes, há mais actos médicos que são produzidos no SNS, há mais pes-



soas que estão a ser tratadas”, enumerou ainda.

Passos Coelho afirmou, por isso, que o Governo tem “procurado investir, quer em quantidade, quer em qua-

lidade, de maneira a poder dar mais robustez ao SNS e uma relação leal com todos aqueles que na área privada têm investido na área da saúde”.

Estado reconhece actuação solidária da sociedade civil

Na inauguração de um novo quartel de bombeiros de Vale de Cambra, o Primeiro-Ministro afirmou que ainda “não temos os médicos todos que precisamos”, admitindo contudo que “essa rede tem vindo a ser consolidada e alargada”. Admitiu, contudo, o “Inverno muito difícil, com vários momentos trágicos para muitas pessoas”, que está a ser vivido em Portugal no sector da saúde, “com muitas coisas que precisam de ser avaliadas melhor”. “Mas temos consciência de que não podemos comparar o país de hoje com o de há três anos nem com o de há trinta”, salientou o governante, lembrando que os progressos nas áreas da saúde e educação “não têm comparação”, muito graças à “extraordinária aventura do projecto europeu”, disse.

Pedro Passos Coelho acrescentou que “o que país conseguiu, neste projecto europeu, é uma coisa que deve dar incentivo e alento para continuar”, destacando como Portugal tem “níveis de bem-estar associados à saúde, que têm progredido continuamente”. Defendeu ainda ser importante prevenir situações e fazer melhor planeamento, para melhores resultados em várias áreas, incluindo a da saúde pública. “Quanto não seríamos tentados a antever como bons resultados que apresentaríamos na sociedade, se houvesse maior prevenção e melhor planeamento”.

O Primeiro-Ministro assinalou a importância de um “melhor ordenamento” e de todos fazerem “o que lhes cabe”, nomeadamente limpando “as suas matas como deviam” e, quando plantam novas áreas florestais, fazerem-no “de forma mais ordenada”.

O chefe do Governo dirigiu uma palavra de incentivo aos bombeiros voluntários que “desempenham papel re levantíssimo” na forma como hoje se concebe “actuação solidária da nossa sociedade”. “E o Estado reconhece esse papel e procura, ao longo do tempo, ir ao encontro do que são as suas pretensões, concedendo-lhes os meios que são adequados para que as suas missões possam ser bem-sucedidas”.

“Olhar para Europa e não confundi-la com a questão da Grécia”

Para Passos Coelho é preciso, sim, “olhar para Europa e não a confundir com a questão da Grécia”, esperando que aquele país consiga, também com a ajuda de Portugal, ultrapassar os seus problemas que não devem ser confundidos com os problemas da União Europeia. “Nós ultrapassámos as nossas [dificuldades], os irlandeses também ultrapassaram, a Espanha também, a Grécia ainda não conseguiu e, como no passado, cá estaremos todos para ajudar a Grécia a resolver os seus problemas, mas não parece que os problemas da Grécia sejam os problemas que a Europa tem de resolver”, destacou.

O Primeiro-Ministro assinalou que se tem feito “um debate muito intenso” pelo facto de, “ao fim destes anos todos”, haver “pelo menos um Estado-membro”, a Grécia, que não conseguiu “ultrapassar de forma satisfatória os seus problemas e debilidades”. Defendeu, porém, que, do seu “ponto de vista, se tem exagerado muito quando se diz que [esse] é um problema só da Grécia, ou um problema de toda a Europa”, até porque, sustentou, “a nossa vida está hoje muito interligada”. “Apesar dos problemas que a Grécia ainda está a passar, eu julgo que a Europa evoluiu muitíssimo nestes anos. E foi isso que permitiu que se criassem instrumentos para que muitos países resolvessem problemas graves que estavam a viver”, acrescentou. Destacou, contudo, que “a Europa ainda tem problemas” e que, “de um modo geral”, dá um “salto qualitativo muito grande quando há uma crise”.

O Primeiro-Ministro afiançou esperar que “não seja



preciso mais uma grande crise” a nível europeu para que os seus mecanismos sejam melhorados, até porque “quem vive sob a mesma moeda, precisa de uma grande articulação económica e financeira” tal como “tem de ter uma capacidade orçamental própria para países que precisam de ajustamentos mais drásticos”. “Ainda temos reformas para fazer na Europa, mas temos de saber muito

bem que regras criamos (...). Queremos construir um futuro com raízes sólidas”.

Sobre Portugal, e sobre o resultado do trabalho dos últimos anos, assinalou que Portugal já ultrapassou o “risco de colapso” da sociedade em que se encontrava enquanto “país que não consegue obter financiamento” ou “não consegue dar resposta à emergência”.



Debate sobre o “poder autárquico no feminino”

PS é um “cata-vento de mixórdias ideológicas”



O vice-presidente coordenador do PSD Marco António Costa considera que o Partido Socialista de António José Seguro “está de volta”. “O PS de Seguro está de volta, só mudou de líder porque a prática, a acção, o pensamento, a estratégia estão lá”, afirmou Marco António Costa, durante um debate no Porto sobre o poder autárquico no feminino, organizado pela distrital do PSD/Porto, dia 7.

De acordo com o porta-voz social-democrata, Portugal tem “de volta o PS cata-vento das mixórdias ideológicas (...) que fica quer do lado do Syriza [na Grécia], quer do PSOE [de Espanha] esquecendo o Podemos, que está ao lado e que é o partido irmão do Syriza”.

“Que grande confusão vai para aqueles lados do largo do Rato. Ora se chegam para a esquerda, ora se chegam para a direita”, atirou o porta-voz do partido para quem esta atitude socialista “tem um único objectivo, tentar salvar desesperadamente a imagem de um líder” que se tem pautado por um “vai e vem, avanços e recuos” de opiniões.

Destacou ainda que “este é o PS do imobilismo, da falta de coragem política de dizer aos portugueses o que quer, como quer e para onde quer levar Portugal. O PS do tacticismo (...) que deseja rapidamente encontrar eleições, mas que evita dizer o que pensa do futuro de Portugal”.

Marco António Costa aproveitou para lembrar como, desde 2011, Portugal seguiu um rumo diferente de países “parceiros de caminho” como a Grécia que, disse, voltou “ao ponto de partida”. “Nós, felizmente, já não estamos no grupo dos problemas, mas sim no grupo de quem tem as soluções [e] quando olhamos para o povo grego





somos solidários, temos a consciência de que deveremos continuar a ser solidários com esse povo”, sublinhou.

O vice-presidente do PSD explicou também que as jornadas conjuntas com o CDS, que arrancam dia 19, visam apresentar ao país informações “vitais” para o futuro colectivo de Portugal e as estratégias de investimento dos dois partidos. “É por isso que os dois partidos realizarão, a partir do dia 19 de Fevereiro, as jornadas do investimento (...) que tornarão possível levar a todo o país os membros do Governo e os dirigentes dos dois partidos que, em conjunto, em sessões conjuntas realizadas pelos dois partidos, apresentarão a nossa estratégia de investimento para o futuro”. As jornadas servirão assim para mostrar, entre outros, o que os dois partidos pensam “sobre o plano estratégico de transportes e infra-estruturas” e o que pensam fazer para investir na força económica do país e na capacidade exportadora “que se tem revelado extraordinária”. Pretendem também “explicar como é que o próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA) Portugal 2020, com mais de 25 mil milhões de euros, irá capacitar esta capacidade de investimento e potenciar um factor multiplicador desse investimento para o futuro”.

O vice-presidente do PSD destacou ainda que será falada a “ambição” e “aspiração” dos partidos em “investir no capital humano”, nas competências dos portugueses, também na “coesão territorial, acabando com a diferenciação”, e ainda na coesão social, já que, “pela primeira vez, haverá um QCA que tem investimento na coesão social como um programa operacional temático único, centrado em objectivos concretos”.

“Numa palavra: aspiramos. Aspiramos a ter uma sociedade mais produtiva, em que o crescimento que temos tido económico dos últimos anos continue a acontecer de forma sustentada e crescente, aspiramos a uma capacidade económica que seja inovadora, modernizada, diferenciada e capaz de exportar e de gerar riqueza, mas também de fomentar o emprego”, salientou.



Acordo para tratar doentes com hepatite C

O ministro da Saúde explicou que o acordo que o Estado alcançou para o fornecimento de dois medicamentos inovadores para a hepatite C prevê o pagamento por doente tratado. Na conferência de imprensa destinada a explicar o acordo alcançado para fazer chegar os medicamentos inovadores para a hepatite C aos doentes portugueses, dia 6, o ministro Paulo Macedo salientou a importância de se ter acordado “pagar por doente tratado”. “Acordou-se algo importante que foi pagar por doente tratado. Não vamos pagar por tratamento de três, 12 ou 24 semanas, mas por doente tratado”, declarou o ministro, adiantando que o Estado também não pagará se um mesmo doente necessitar de tratamento adicional.

O governante sublinhou, aliás, que não contratou com o laboratório Gilead a compra de embalagens, mas antes o tratamento dos doentes.

Segundo Paulo Macedo o acordo alcançado permite aceder a dois dos medicamentos considerados inovadores para a hepatite C: o sofosbuvir, aprovado em Junho, e um outro fármaco aprovado em Dezembro.

Para o ministro, este foi o melhor acordo alcançado por um país europeu, indicando que irão ser gastos por anos “umas dezenas de milhões de euros”. Paulo Macedo nunca revelou os valores concretos que serão gastos pelo Estado nem os montantes acordados com o laboratório, lembrando que “a confidencialidade do preço é uma regra importante” na negociação. “Vamos conseguir tratar mais doentes, de forma mais equitativa (...). Abrimos caminho para podermos iniciar a erradicação, a eliminação da doença”.

Em declarações à imprensa, “tratou-se de um processo negocial muito difícil, prolongado e muito duro, que se iniciou há muitos meses. Esta semana [o Governo] teve uma penúltima reunião na terça-feira e o resultado foi marcar uma reunião final, que decorreu ontem (quinta-feira). O acordo, felizmente, aconteceu”. Questionado sobre a coincidência de o sucesso das negociações só ter ocorrido após a morte de uma doente e de o ministro da Saúde ter sido confrontado publicamente por um outro doente, durante uma audição no parlamento, o parlamentar social-democrata justificou o ‘timing’ com o facto de não ser “possível sob qualquer condição”.

“Os partidos da oposição não defenderam os interesses dos doentes, usaram e instrumentalizaram as suas fragilidades para atacarem o Governo. Não defenderam os interesses do Estado. Pretendiam que o Estado, sob qualquer condição, chegasse a um acordo com a indústria. A oposição defendeu unicamente os seus próprios interesses partidários e eleitorais”, criticou, elogiando a “persistência e sagacidade do primeiro-ministro e do ministro da Saúde”.

Miguel Santos esclareceu que até 31 de Dezembro de 2014, 408 doentes urgentes foram tratados com o medicamento inovador em causa, número que terá chegado aos 665 esta quinta-feira. Miguel Santos referiu ainda que se prevê que, no primeiro ano dos cinco acordados, 1.000 a 1.200 doentes tenham acesso ao fármaco e que mais de 13 mil sejam abrangidos no total.

40 milhões de euros para tratamento de doentes oncológicos

O Governo anunciou um investimento de 40 milhões



de euros para tratamento de doentes oncológicos nos Institutos Portugueses de Oncologia (IPO) de Lisboa, Porto e Coimbra, sendo metade do valor fornecido pela tutela e a outra por fundos comunitários. O anúncio foi feito a 4 de Fevereiro, Dia Mundial do Cancro, em comunicado, pelo Ministério da Saúde, no qual lembra que esta doença é a principal causa de morte prematura antes dos 70 anos e, no conjunto das causas de mortalidade em todas as idades, ocupa o segundo lugar depois das doenças cérebro-cardiovasculares. Para assinalar a efeméride, o Ministério da Saúde anunciou que este ano estão previstos investimentos para a área oncológica, designadamente para as unidades dos IPO's de Lisboa, Coimbra e Porto superiores a 40 milhões de euros. “Uma parte deste investimento já será realizado graças à capacidade de autofinanciamento das unidades, outra, por candidatura a fundos comunitários, e outra parte, ainda,

através da injeção de capital do Estado, até 20 milhões de euros a realizar este ano”, indica a tutela.

O ministério lembrou que, em 2014, os principais investimentos nos três IPO's rondaram os oito milhões de euros. Em comunicado, o ministério realça que o Programa Nacional para as doenças Oncológicas é considerado prioritário e os principais programas de prevenção primária, luta contra o tabagismo, a promoção de alimentação saudável, estão actualmente organizados em programas autónomos.

O ministério lembra também que várias acções vão ser levadas a cabo com o financiamento pelos jogos sociais no valor global de 350.000 euros. De acordo com o ministério, as previsões para Portugal apontam para um acréscimo de 12,6 por cento de novos casos, estimando-se que, à semelhança de 2014, este ano morram por cancro mais de 20 mil pessoas.

Interligações energéticas avançam definitivamente

O ministro do Ambiente e da Energia afirmou-se confiante de que, “desta vez”, as interligações energéticas entre a Península Ibérica e o resto da Europa vão mesmo avançar, destacando a sintonia entre Lisboa, Madrid, Paris e Bruxelas. Falando à saída de uma reunião na sede da Comissão Europeia, em Bruxelas, dia 4, com o vice-presidente para a União Energética, Maros Sefcovic, Jorge Moreira da Silva fez um balanço positivo dos encontros realizados em Paris, na terça-feira, em Bruxelas, com vista a dar sequência ao “acordo histórico” alcançado em Outubro passado ao nível dos chefes de Estado e de Governo da União Europeia.

“Durante muito tempo envolvemo-nos naquilo que se revelou um êxito, que foi o acordo alcançado em Outubro, para que, às três metas tradicionais na área do ambiente e energia [CO2, renováveis e eficiência energética], se acrescentasse uma quarta meta, uma meta de interligações energéticas, de modo a que a Península Ibérica deixasse de estar isolada do resto da Europa e que a política energética europeia não terminasse nos Pirinéus”, referiu.

Para o ministro, “chegou a altura de concretizar esse acordo, e a concretização desse acordo implica um envolvimento maior da Comissão Europeia, que passou a ter a responsabilidade de ir avaliando o nível de interligações e assegurando as fontes de financiamento adicionais para que, de facto, se façam interligações de electricidade e de gás entre Portugal, Espanha e França”.

Após ter discutido esta matéria hoje com o vice-presidente Sefcovic, que se seguiu ao encontro da véspera com a ministra francesa do Ambiente e Energia, Ségolène Royal, e antes de uma reunião, “ainda este mês”, com o ministro da Economia espanhol, Moreira da Silva disse ter notado vontade política e compromisso por parte de todos em concretizar o acordado, e que, apontou, implica fazer “o trabalho de casa”. “Saio destas reuniões com a grata satisfação de verificar que, na relação entre Portugal e França, não existe nenhuma diferença, neste momento, quanto ao compromisso para, desta vez, levarmos à prática aquela que é uma intenção de há muitos anos, e, por outro lado, verifiquei uma total convergência de posições entre o interesse do Estado português e a liderança que a UE deve desenvolver a partir do trabalho da Comissão Europeia”, disse.

Moreira da Silva acrescentou que a cimeira trilateral, ao nível de chefes de Estado e de Governo, entre Portugal, Espanha e França, promovida pelo primeiro-ministro Pedro Passos Coelho por ocasião do Conselho Europeu de Outubro passado, realizar-se-á “em breve”, numa data a definir, mas seguramente “entre Fevereiro e Março”.

Investimentos em territórios de baixa densidade com majoração superior a 10 por cento

O Governo vai majorar “em mais de 10 por cento” os projectos de investimento nos territórios de baixa densidade no próximo quadro comunitário de apoio. Para o ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, “é do interesse do próprio país” também tirar partido dos “recursos e das potencialidades” de todas as parcelas do seu território, defendendo, por isso, que Portugal não pode funcionar a “diferentes velocidades”. “Nós sabemos que este não é um processo fácil, não se muda essa realidade de um dia para o outro, mas é um processo em que todo o país tem de apostar”, defendeu.

Miguel Poiares Maduro falava aos jornalistas em Campo Maior, no Alto Alentejo, à margem da inauguração do polo industrial TecniDelta II, uma nova unidade que se destina à montagem de uma máquina de café profissional para a restauração, totalmente desenvolvida pela empresa Delta Cafés.

O ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional afirmou que o próximo quadro comunitário é “uma oportunidade muito grande” para o interior do país, sublinhando ainda que os projectos de investimento empresarial nos territórios de baixa densidade terão participações “reforçadas” dos fundos europeus.

“Da mesma forma, como eu já tinha prometido, iremos abrir, aliás, concursos específicos só para investimentos em territórios de baixa densidade. Isto demonstra bem como, no âmbito do “Portugal 2020”, nós levamos muito a sério o objectivo de coesão territorial”, afirmou.

Poiares Maduro acredita que, “pela primeira vez”, vai existir uma “diferenciação positiva” dos territórios do interior no sentido de “atrair” mais investimento para essas regiões, traduzindo-se esses investimentos na criação de emprego qualificado e na fixação de pessoas.

“O que estes territórios necessitam, sobretudo, é de atividade económica, dinamismo económico-social, emprego para os jovens, emprego qualificado (...)”, disse.

Durante a sua visita a Campo Maior, o ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional considerou “emblemático” o novo investimento da Delta Cafés no sector da criação (fabrico de uma máquina de café), sendo este projeto apoiado por fundos comunitários. “É fundamental nós termos projectos como este e que este grupo económico aliás representa. Projectos com alto teor de inovação, com capacidade de internacionalização que juntem conhecimento a actividades e sectores tradicionais”, disse.

A nova unidade da Delta Cafés contou com um investimento de cerca de um milhão de euros, tendo sido criados 14 postos de trabalho.



NATO atenta às ameaças do flanco sul e a Leste



Os ministros da Defesa da NATO reafirmaram que a Aliança encara com o mesmo “nível de prioridade” as ameaças a Leste e do flanco sul, destacou, em Bruxelas, o ministro José Pedro Aguiar-Branco. “Foi a primeira reunião depois da cimeira de Gales (em Setembro), tivemos a possibilidade de fazer a revisão das conclusões da cimeira, de consolidar a lógica de a ameaça quer a Leste quer a sul ter a mesma capacidade de resposta por parte da Aliança, e também a forma de a concretizar, com as medidas e com as forças de intervenção mais rápida, das quais Portugal também fará parte”, resumiu, em declarações à imprensa.

Num encontro marcado pela decisão da Aliança Atlântica de reforçar a sua presença nos aliados de Leste, como resposta ao “comportamento” da Rússia na região, o ministro da Defesa de Portugal congratulou-se por ter sido reafirmado o mesmo nível de atenção às ameaças vindas do flanco sul, face ao aumento do extremismo no Médio Oriente e norte de África. “O que importa aqui também a nós destacar é que ambas as ameaças são consideradas com o mesmo nível de prioridade que a NATO deve ter para responder a essas ameaças. Não há aqui um privilégio, digamos assim”, afirmou.

Quanto ao contributo de Portugal para a força de intervenção rápida que a Aliança decidiu criar, Aguiar-Branco reafirmou que “Portugal é um parceiro activo” e irá participar e apontou que essa “é uma matéria que ainda está a ser estudada pela dimensão militar, mas a breve trecho, quando essa conclusão ocorrer, será também apresentada”.



“Tendência de redução” na criminalidade em 2014

A ministra da Administração Interna, Anabela Rodrigues, anunciou, no Parlamento, dia 4, que a criminalidade participada às forças de segurança registou “a tendência de redução” em 2014.

Na comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, a ministra adiantou que a criminalidade geral diminuiu seis por cento em 2014 em relação ao ano anterior e que a criminalidade grave e violenta decresceu quatro por cento. Anabela Rodrigues ressaltou que estes dados de 2014 são provisórios e dizem respeito às áreas territoriais da PSP e da GNR.

José Manuel Fernandes é relator do “Plano Juncker”



O eurodeputado do PSD José Manuel Fernandes foi nomeado relator da Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu para o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), conhecido também como “Plano Juncker”, que prevê a mobilização de 315 mil milhões de euros em três anos para a dinamização da economia europeia. A aprovação do novo fundo deverá concretizar-se até Junho, num processo de co-decisão por parte do Parlamento Europeu e do Conselho. Nomeado pela Comissão dos Orçamentos, José Manuel Fernandes assumirá o “Plano Juncker” juntamente com o alemão Udo Bullmann, indicado pela Comissão de Economia.

José Manuel Fernandes, que é também o relator do PE para o orçamento geral da União Europeia para 2016, aponta o “Plano Juncker” como uma oportunidade que vem assegurar “um reforço de peso nos recursos disponíveis para dar um novo impulso na criação de emprego, apoio às empresas e promoção do empreendedorismo”.

“Espero que Portugal beneficie deste plano Juncker nomeadamente na interconectividade das redes de energia. Este plano que impulsiona os investimentos privados e públicos sobretudo em projectos de risco deverá ter efeitos colaterais positivos no aprofundamento do mercado interno e na criação de um ambiente mais favorável às empresas, nomeadamente às PME que são a espinha dorsal da economia europeia. É fundamental trabalhar na simplificação, no combate à burocracia e na necessidade de taxas de juro mais baixas para as empresas”, defende o eurodeputado José Manuel Fernandes.

Conselho de Ministros de 5 de Fevereiro

1. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração ao regime da avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente, completando a transposição de duas directivas da União Europeia, uma sobre qualidade do ar ambiente e outra relativa ao arsénio, ao cádmio, ao mercúrio, ao níquel e aos hidrocarbonetos aromáticos policíclicos no ar ambiente.

As alterações agora introduzidas referem-se à definição do reporte de informação e a aspectos relativos à qualidade dos dados. São especificados valores-limite, níveis críticos e limiares de alerta, planos de qualidade do ar, poluição transfronteiriça, acesso do público à informação, transmissão de informação a nível nacional e transmissão de informação à Comissão Europeia.

Nas zonas e aglomerações em que os níveis de um ou mais poluentes excedam os valores limite, as comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR) passam a estabelecer planos de qualidade do ar integrados que abrangem todos os poluentes em questão, que incluam as medidas adequadas para que o período de excedência seja o mais curto possível e, se necessário, medidas específicas para protecção de grupos sensíveis da população, designadamente as crianças.

2. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração ao regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local, de forma a especificar a regulação dos «hostels».

Nesta alteração clarificam-se ainda alguns aspectos interpretativos do regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local.

O titular da exploração do estabelecimento é obrigado a manter actualizados todos os dados comunicados, devendo proceder a essa actualização no Balcão Único Electrónico no prazo máximo de 10 dias.

3. O Conselho de Ministros aprovou o assentimento da República Portuguesa à proposta do Banco Asiático de Desenvolvimento de transferência de activos do Fundo Asiático de Desenvolvimento para o Banco Asiático de Desenvolvimento.

A proposta implica a transferência de cerca de 34,6 mil milhões de dólares de activos do Fundo, correspondentes a contribuições dos países doadores, entre eles de Portugal, para os capitais próprios do Banco Asiático de Desenvolvimento, permitindo reforçar a capacidade de alavancagem dos recursos já existentes.

Portugal beneficia de forma directa com esta medida em três vertentes: reforça a relevância de um Banco que pode ser utilizado pelas empresas e consultores nacionais como porta de entrada na Ásia; as necessidades de contribuições futuras dos países doadores do Fundo diminuem em cerca de 65%; e deixa de ser virtualmente necessário alimentar o Banco com novas injeções de capital por parte dos seus países accionistas a médio e longo prazo.

4. O Conselho de Ministros aprovou o Protocolo de Revisão do Acordo Quadro de Cooperação entre a República Portuguesa e a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China.

Esta revisão institui uma periodicidade anual para a realização da Comissão Mista estabelecida pelo Acordo Quadro de Cooperação.

5. O Conselho de Ministros aprovou o Acordo de Associação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atómica e os seus Estados- Membros, por um lado, e a Geórgia, por outro.

O Acordo corresponde ao objectivo, fixado no Tratado de Lisboa, de desenvolver relações privilegiadas com os países vizinhos e fortalecer o Pilar Leste da Política Europeia de Vizinhança denominado Parceria Oriental.

Pretende-se o aprofundamento do diálogo político, a preservação e reforço da paz e estabilidade regionais e internacionais e o fortalecimento do estado de direito e dos direitos humanos e liberdades fundamentais.

A criação de uma Zona de Comércio Livre Aprofundado e Abrangente permitirá ainda uma integração económica mais estreita entre a União Europeia e a Geórgia.

6. O Conselho de Ministros autorizou a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) a realizar a despesa relativa à execução do contrato de manutenção das aeronaves Kamov, celebrado entre o Ministério da Administração Interna e a Heliportugal – Trabalhos e Transporte Aéreo, Representações, Importação e Exportação, Lda..

Trata-se do contrato de manutenção de 6 aeronaves Kamov, que integravam o património da EMA, empresa em processo de liquidação e cuja posição contratual foi assumida pela ANPC. A despesa máxima autorizada é de cerca de 14,7 milhões de euros.

7. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação dos membros dos conselhos de administração das Unidades Locais de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E. e do Norte Alentejano, E.P.E..

Em ambos os casos são reconduzidos quatro dos cinco elementos que compõem cada um dos conselhos de administração. Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre estas nomeações.

8. O Conselho de Ministros aprovou a designação de novos membros do conselho geral do Instituto de Avaliação Educativa, I.P., (IAVE).

As nomeações respeitam aos membros do conselho geral indicados pelo Conselho de Escolas e pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, bem como ao dirigente máximo do serviço do Ministério da Educação e Ciência responsável pelo desenvolvimento curricular, face à cessação dos mandatos dos actuais titulares.

Bruxelas irá aproximar projecção de défice com a do Governo

O PSD manifestou a expectativa de que as projecções da Comissão Europeia (CE) relativas ao défice português venham a coincidir com as do Governo, proporcionando a saída de Portugal do procedimento por défice excessivo em 2015. “Temos a legítima expectativa de que, num futuro próximo, a CE possa ainda aproximar mais essa projecção e reconhecer que o orçamento (do Estado) que apresentámos e estamos a executar tem um rigor e uma credibilidade que darão azo ao cumprimento desse objectivo”, desejou Luís Montenegro, após uma reunião com o seu grupo parlamentar, em São Bento.

O presidente do grupo parlamentar identificou um “pequeno passo que a CE já dá no sentido de reconhecer que é viável atingir um défice inferior a 3 por cento no final de 2015 e sair do procedimento por défice excessivo”.

Os responsáveis de Bruxelas apresentaram na semana passada uma previsão de défice orçamental de Portugal de 3,2 por cento em 2015, uma ligeira melhoria face às últimas previsões, embora mais pessimista do que o Governo da maioria, que antecipa um défice de 2,7 por cento. “A CE reconhece que há sinais de crescimento na nossa economia, com resultados que são objectivos e que influenciam as suas projecções. É uma revisão em alta e significa que as instituições internacionais estão a reconhecer a confiança que a economia e as finanças públicas portuguesas despertam”, afirmou.

O líder parlamentar do PSD desejou também que a Grécia também consiga atingir resultados que a coloquem numa situação de poder sair do programa de assistência económico-financeira, como aconteceu em Portugal e na Irlanda.

Luís Montenegro, após a reunião da bancada social-democrata na Assembleia da República, sublinhou a importância de que “haja um conciliar entre os objectivos dos estados-membros e os compromissos” assumidos uns com os outros, ao comentar os encontros do Primeiro-Ministro e do ministro das Finanças helénicos, respectivamente Alexis Tsipras e Yanis Varoufakis, com diversos responsáveis de outros países. “Aguardaremos com toda a serenidade e interesse a evolução desses contactos e a apresentação final de um programa, desejando que possa haver uma conjugação entre objectivos e interesses do Governo e povo gregos com a implementação e desenvolvimento de uma política comum no seio da União Europeia, sobretudo na zona euro”, afirmou.



PSD congratula-se com evolução positiva do desemprego

O deputado do PSD Adão Silva congratulou-se com a evolução positiva da taxa de desemprego entre 2013 e 2014, atribuindo o “ligeiro aumento” anunciado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) ao bom ano turístico. “Este ligeiro aumento que registamos no quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre, atribuímo-lo a uma mudança ou evolução sazonal porque tivemos um terceiro trimestre muito bom, com uma taxa de desemprego muito perto dos 13 por cento, que resultou da dinâmica económica do ano turístico em Portugal, sobretudo no verão”, afirmou, no Parlamento.

“A previsão do Governo para 2014 estava acima daquilo que foi o registo final da média do desemprego. Comparando a taxa final de 2014 com a de 2013, uma forte queda - bom sinal”, continuou o parlamentar social-democrata.

Para Adão Silva, há “sinais de que a economia começa agora a gerar emprego, de que a legislação laboral aprovada em 2012 e 2013 está agora a dar frutos” e a “tendência, sim, é a que se regista na evolução positiva entre 2013 e 2014 em que o desemprego terá diminuído 2,3 por cento”.

PSD/Açores defende descida urgente dos impostos

O PSD/Açores vai apresentar no Parlamento regional uma proposta para que se possa concretizar a descida imediata dos impostos nos Açores, através da reposição do diferencial fiscal nos mesmos termos em que este vigorou até às incidências do acordo assinado entre a troika e o governo socialista de José Sócrates. O anúncio dos sociais-democratas açorianos foi feito em Vila do Porto, no encerramento das jornadas parlamentares do partido, que se realizaram durante dois dias em Santa Maria, pelo presidente do PSD/Açores, Duarte Freitas.

O líder dos sociais-democratas açorianos, em declarações à comunicação social, afirmou que as jornadas realizadas em Santa Maria permitiram “constatar as grandes dificuldades que se estão a registar ao nível económico e social em flagrante contraste com o discurso do governo regional”.

De facto, acrescentou, “a crise no sector dos lacticínios e das Pescas e as dificuldades em que se encontram muitas pequenas empresas regionais exigem respostas”.

“Os Açores são a região do país onde o desemprego é mais elevado e onde o risco de pobreza da população é maior” disse Duarte Freitas que considera que “a descida dos impostos na nossa região é, por isso, fundamental para as famílias e para as empresas dos Açores por se tratar de uma das mais importantes e urgentes medidas de dinamização da nossa economia que pode ser tomada neste momento”.

Nesse sentido, acrescentou, “o PSD/Açores lamenta que até ao momento o governo regional pouco tenha feito para concretizar essa descida dos impostos das famílias e das empresas açorianas. A possibilidade de diminuir os impostos dos açorianos existe desde o início deste ano e não há qualquer motivo para que ela não entre em vigor o mais depressa possível”.

“Neste momento, o governo regional está a guardar para si dinheiro que é dos açorianos”, disse. “Ou seja, o governo regional que se queixa da austeridade é o mesmo que impede os açorianos de aumentarem os seus rendimentos através da descida dos impostos”.

“Numa altura em que as famílias e as empresas enfrentam grandes dificuldades e desafios, a demora em proceder à redução dos impostos só contribui para agravar essas dificuldades”, defendeu Duarte Freitas, recordando que “os açorianos podiam estar já a pagar impostos mais baixos, podiam estar a beneficiar de uma redução da austeridade e ficar com mais dinheiro para as suas necessidades. Isso só não está a acontecer porque, aparentemente, é do interesse do governo regional adiar o mais possível a entrada em vigor da descida dos impostos”.

“É tempo de menos desculpas e de mais governação. De menos palavras e de mais acção. É tempo de governar e não de disfarçar que se governa”, concluiu.



Remuneração complementar para trabalhadores das empresas públicas



O PSD/Açores apresentou no Parlamento açoriano uma proposta que alarga ao sector público empresarial regional a remuneração complementar. Com esta iniciativa os deputados social-democratas querem que fique consagrado o direito dos trabalhadores das empresas públicas à remuneração complementar. Durante esta semana o plenário da Assembleia Legislativa dos Açores vai votar uma proposta de decreto legislativo, da autoria do governo regional, que deixa ao critério do executivo a atribuição ou não da remuneração complementar aos trabalhadores das empresas públicas regionais, bem como a fixação da respectiva tabela.

O texto proposto pelo governo deixa de fora os trabalhadores do sector empresarial local e intermunicipal, matéria que é acautelada agora na iniciativa do PSD/Açores.

Segundo o deputado Joaquim Machado, a proposta do PSD/Açores visa “assegurar a igualdade de tratamento não só entre todos os funcionários da administração pública, e entre estes e os funcionários do sector público empresarial”, um tratamento verdadeiramente igualitário.

Esta é a oitava alteração ao diploma que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional. Tal alteração resulta da redução de 20 por cento feita pelo governo da República aos cortes salariais, o que levou o governo regional a estabelecer um novo valor para a remuneração complementar, baixando de 77,35 para 61,88 euros.

Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: JOSÉ AUGUSTO SEABRA

Estar à altura da vitória

A inequívoca e expressiva vitória eleitoral do PSD, que volta a ser o primeiro partido português, exige dos social-democratas, além do regozijo natural e até do entusiasmo próprio dos militantes empenhados na luta política, um alto sentido das suas responsabilidades, bem como uma reflexão aprofundada acerca das razões deste sucesso e das suas implicações imediatas e mediatas, que terão repercussões importantes no futuro do País.

As declarações do Prof. Cavaco Silva logo na noite das eleições, congratulando-se com os magníficos resultados obtidos pelo nosso Partido — o único dos partidos parlamentares a registar uma subida em votos e mandatos — revelaram ao mesmo tempo a sua ténpera de líder partidário e o seu estofo de homem de Estado consciente, quer pelo seu espírito de serena fidelidade à vontade da maioria, quer pela tolerância relativamente às minorias eleitorais, sem quebra do necessário sentido da autoridade democrática.

Ao afirmar que o governo a constituir pelo PSD governará para todos os portugueses, o futuro primeiro-ministro deu provas da sua envergadura de homem público consagrado ao serviço da Nação.

Que contraste entre esta atitude e a de outros que se escusam a assumir até ao fim as responsabilidades, quando as soluções de Estado se devem sobrepor sempre a considerações de ordem partidária ou pessoal!

Para os social-democratas, após esta vitória eleitoral, a vida continua. E o Prof. Cavaco Silva definiu bem a principal tarefa dos nossos militantes: **trabalhar**, a todos os níveis de responsabilidade política, económica, social, cultural, pela concretização dos grandes objectivos inscritos no Programa Eleitoral de Governo do PSD, que se consubstanciam no lema: "gerar confiança, criar riqueza e distribuir com justiça".

Gerar confiança: só a confiança dos Portugueses, desde os trabalhadores aos investidores, desde os agricultores aos empresários, desde os quadros aos funcionários públicos, desde os jovens aos mais velhos, pode criar em Portugal uma nova dinâmica de esperança, através da iniciativa, da cooperação e da solidariedade patriótica.

Criar riqueza: só a mobilização do trabalho através do emprego, a utilização racional dos recursos naturais e humanos, a produção de bens para o consumo interno e para a exportação, a modernização da nossa economia, enfim, poderão fazer de Portugal um país onde os espectros da pobreza e da miséria desapareçam de vez, evitando as más tentações do subdesenvolvimento e as suas sequelas trágicas de instabilidade social.

Distribuir com justiça: só uma política de reformas, de criação de igualdade de oportunidades, não repartindo o que não há ou se tem de importar, mas desenvolvendo para melhor distribuir, ao mesmo tempo que se assegura o acesso de todos à saúde, à educação, à segurança social, poderá ser efectivamente uma política social-democrática, ao serviço de todos os Portugueses, mas especialmente dos mais desfavorecidos.

Eis o escopo do PSD, dos seus militantes e dirigentes, dos seus parlamentares e governantes, que há-de comandar a sua acção, sob a orientação firme de uma liderança que já mostrou a sua capacidade com o êxito eleitoral de 6 de Outubro.

Em democracia, realizadas as eleições, isto é, acatada a vontade popular, devem ser respeitadas as regras constitucionais e legais: são estas que o PSD, pela sua parte, acatará e aplicará. Dialogando no Parlamento, actuando com competência e determinação no Executivo, fazendo aplicar a Justiça, como poderes independentes e complementares, os social-democratas estarão sempre ao serviço do Povo Português, tanto no Estado, como na sociedade civil.

É uma missão difícil, a dos social-democratas. Mas eles saberão estar à altura da sua vitória, enfrentando todas as barreiras, certos de que as superarão, merecendo a confiança dos Portugueses, eleitoralmente demonstrada. Ao trabalho, pois.

J.A.S.



Os portugueses deram-nos a vitória

PSD é o maior Partido

• Cavaco Silva disposto a formar Governo

De congratulação com o civismo demonstrado pelo povo português e de respeito pelos adversários vencidos, especialmente o PS, foram as primeiras palavras de Cavaco Silva na conferência de imprensa dada após o conhecimento da grande vitória do PSD nas eleições do passado domingo.

Respondendo às perguntas dos numerosos jornalistas presentes, portugueses e estrangeiros, o líder do PSD afirmou que a vitória do seu partido fica a dever-se, antes de mais, «ao entusiasmo e empenhamento dos seus militantes, particularmente à juventude» e

ao facto do PSD «se ter apresentado a este acto eleitoral com dignidade, não insultando nem caluniando ninguém, antes avançando propostas concretas para resolver os graves problemas que afligem o povo português».

Manifestando a sua disponibilidade e a do seu partido para formar Governo, disse, contudo, que «a iniciativa pertence, nos termos constitucionais, ao Presidente da República e espera que ele a tome, convidando-o para o cargo de primeiro-ministro».

Cavaco Silva disse «apostar num entendi-

mento com os outros partidos, de forma a obter um apoio maioritário ao executivo». Concretizando hipóteses de entendimento que «como sempre tem afirmado, o PSD privilegiará entendimentos com o CDS, mas manterá aberta a porta do diálogo com todos os partidos democráticos».

Questionando sobre a sua acção futura como primeiro-ministro, o líder do PSD afirmou, que «irá trabalhar muito e com honestidade, para cumprir aquilo que prometeu durante a campanha eleitoral e não desiludir aqueles que votaram no seu partido».

Interpretando o significado dos resultados das eleições, Cavaco Silva afirmou que «eles demonstraram que o povo confiou no PSD e que este é um partido profundamente enraizado e, ao contrário do que muitos pensavam, difícil de destruir». «A prová-lo — disse — está o facto de o PSD ter sido o único partido do quadro parlamentar a registar uma subida no número de votos, enquanto todos os outros perderam eleitores». Daqui se conclui que «o PSD é um partido vocacionado para ocupar um grande espaço político na sociedade portuguesa».

Mensagem de Cavaco Silva

Na impossibilidade de agradecer pessoalmente a todos os que me felicitaram pela vitória eleitoral do nosso Partido nas Eleições Legislativas, venho fazê-lo através do «Povo Livre».

Aproveito também para me congratular com todos vós pela maneira extraordinária como decorreu a campanha do PSD. Ela provou que somos um Partido bem vivo. Vivo pela forma como todos se empenharam a fundo, vivo principalmente pela força única da sua juventude que, muito antes de vir para a rua na madrugada do dia 7 de Outubro encher o País da sua alegria e das suas bandeiras laranja, tinha estado na linha da frente do trabalho a dizer aos adultos: «Venham connosco; juntos vamos ser de novo PORTUGAL».

Temos de provar agora que somos um Partido digno da confiança dos muitos Portugueses que votaram em nós. Porque esta vitória não foi minha; não foi só do PSD; foi uma vitória do POVO PORTUGUÊS.

Lisboa, 8 de Outubro de 1985

Cavaco Silva



Somos ou não somos?

José Matos Rosa (*)

Terá o PSD ultrapassado os partidos de direita numa suposta viragem por causa do cumprimento do programa de assistência económica e financeira? Terão os neoliberais triunfado através das políticas implementadas pela maioria durante estes três anos? Dito de forma mais simples, teremos nós, sociais-democratas, passado à clandestinidade? Devo confessar, como social-democrata que sou e sempre serei, que estas perguntas, sendo deliberadamente provocatórias, não deixam de ser perturbadoras por terem um certo acolhimento em alguns sectores da nossa sociedade. O que representa por isso mesmo um estímulo: afinal, somos ou não somos sociais-democratas?

Vejam. Na sequência da pré-bancarota em que o PS deixou Portugal em 2011, o PSD viu-se na contingência de liderar uma maioria que tinha pela frente a pior crise económica e financeira destes 40

A intervenção financeira externa solicitada pelo PS implicou assim o cumprimento de um conjunto de exigências colocadas pelos credores internacionais, que foram emprestando o seu dinheiro para que Portugal pudesse fazer face aos seus compromissos imediatos.

Pagar as dívidas exigiu medidas duras. Medidas duras para as famílias e para as empresas. Mas foram esses sacrifícios que permitiram a Portugal recuperar a sua soberania financeira e criar condições para o crescimento económico e para o emprego sustentado.

O PSD não honrou apenas os compromissos assumidos pelo PS em nome dos portugueses: liderou também um processo de transformação económica e social que permite agora encarar o futuro com maior confiança. Portugal superou esse período de emergência financeira sem pedir nem mais tempo, nem mais dinheiro. Somos ou não somos sociais-democratas quando defendemos a soberania nacional?

A maioria parlamentar concentrou o maior esforço financeiro em quem mais podia contribuir, aumentou o salário mínimo nacional, aumentou as pensões e as reformas e repôs os vencimentos dos funcionários públicos. Somos ou não somos sociais-democratas por governar com responsabilidade e adoptar políticas sustentadas focadas na defesa dos que mais precisam? As famílias e as empresas portuguesas vão beneficiar de um novo IRS que protege as famílias com filhos e avós a cargo, aumenta as deduções para as despesas familiares e reduz o IRC para favorecer a criação de emprego sustentado. Somos ou não somos sociais-democratas por defender as famílias e ajudar as empresas a criarem emprego? Aqui chegados, se ainda continuar por saber se o PSD ultrapassou os partidos de direita e se os neoliberais triunfaram, a resposta é clara e inequivocamente: não. O PSD foi, é e continuará a ser um partido de homens e mulheres sociais-democratas porque soube enfrentar as adversidades sem nunca perder de vista o essencial: as pessoas. É isto a social-democracia: governar com coragem, mas protegendo sempre os sectores da sociedade mais desfavorecidos.

(*) Secretário-Geral do PSD



Manifesto inovação

Jaime Quesado (*)

Na Europa volta-se a discutir a importância estratégica da Inovação. Em tempo de Crise, importa também em Portugal seguir o exemplo. Discutir e avaliar hoje a dimensão estrutural da aposta da transformação de Portugal numa verdadeira SOCIEDADE DA INOVAÇÃO é de forma clara antecipar com sentido de realismo um conjunto de compromissos que teremos que ser capazes de fazer para garantir o papel do nosso país num quadro competitivo complexo mas ao mesmo tempo altamente desafiante.

Há quinze anos a Suécia e a Finlândia, cada qual na sua identidade operacional, colhiam os primeiros resultados duma "Aposta Estratégica Transversal da Sociedade" para os paradigmas da Educação, Inovação e Conhecimento. Não basta – e nem é, aliás, a opção mais adequada – reiterar estes exemplos, e fazer dum exercício administrativo de benchmarking do sucesso destes casos a mais natural matriz de opção estratégica para o nosso país. Realidades diferentes, com actores e envolventes diferentes, implicam naturalmente lógicas de actuação diferentes e no nosso caso isso é mais do que óbvio. O exercício, mais complexo, passa naturalmente, por uma "leitura" mais completa das variáveis em jogo e por uma verdadeira "estratégia intelectual" para o país.

Os "Centros de Competência" do país (Empresas, Universidades, Centros de I&D) têm que ser "orientados" para o valor. O seu objectivo tem que ser o de induzir de forma efectiva a criação, produção e sobretudo comercialização nos circuitos internacionais de produtos e serviços com "valor" acrescentado susceptíveis de endogeneizar "massa crítica" no país. Só assim a lição de Porter entra em acção. A "internalização" e adopção por parte dos "actores do conhecimento" de práticas sustentadas de racionalização económica, aposta na criatividade produtiva e sustentação duma "plataforma de valor" com elevados graus de permanência é decisiva.

Importa fazer da Inovação o driver da mudança no território. A desertificação do interior, a incapacidade das cidades médias de protagonizarem uma atitude de catalisação de mudança, de fixação de competências, de atracção de investimento empresarial, são realidades marcantes que confirmam a ausência duma lógica estratégica consistente. Não se pode conceber uma aposta na competitividade estratégica do país sem entender e atender à coesão territorial, sendo por isso decisivo o sentido das efectivas apostas de desenvolvimento regional de consolidação de "clusters de conhecimento" sustentados.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



AGUIAR DA BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Aguiar da Beira, para reunir

no próximo dia 28 de Março de 2015 (sábado) pelas 19h00, na sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos
1 – Eleição dos órgãos da Secção
Mesa da Assembleia de Secção
Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção no Largo do Terreiro, nº 7 – Sequeiros, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 19h00 às 22h00

ALANDROAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Alandroal, para reunir no próximo dia 11 de Março de 2015 (quarta-feira) pelas 20h00, no restaurante "A Maria", com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 – Análise e aprovação do relatório de actividades

e contas de 2014

2 – Análise e aprovação do relatório de actividades e contas 2015

ELVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Elvas, para reunir no próximo dia 21 de Março de 2015 (sábado) pelas 19h30, na Rua de Olivença, nº 12, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 – Eleição da Mesa da Assembleia da Secção
2 – Eleição da Comissão Política da Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede Distrital, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 19h30 às 21h30

FIGUEIRA DA FOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Figueira da Foz, para reunir no próximo dia 20 de Fevereiro de 2015 (sexta-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Rua da Liberdade, nº 6, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Figueiró dos Vinhos, para reunir no próximo dia 26 de Fevereiro de 2015 (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Dr. Manuel Simões Barreiros, nº 8, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Apresentação e votação das Contas do ano de 2014
- 3 - Análise da situação político-partidária

MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Murtosa, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2015 (sexta-feira) pelas 21h00, na sala de reuniões da Junta de Freguesia do Monte, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Apresentação das contas da secção relativas ao exercício de 2014
- 2 - Análise da situação política nacional e local
- 3 - Outros assuntos de interesse

MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Murtosa, para reunir no próximo dia 13 de Março de 2015 (sexta-feira) pelas 19h00, na sede, sita na Praça Jaime Afreixo, nº 6 - A - Pardelhas, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia da Secção e da Comissão Política da Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 19h00 às 22h00

NÚCLEO DE UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BOA ALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo das Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeira, para reunir no próximo dia 15 de Março de 2015 (domingo) pelas 15h00 na sede da Junta de Freguesia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo da União de Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeira

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A sede de Viseu, sita no Rossio, nº 14 - 2º estará aberta, nesse dia, das 21h00 às 24h00

- As urnas estão abertas das 15h00 às 17h00

OLIVEIRA DO HOSPITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oliveira do Hospital, para reunir no próximo dia 13 de Março de 2015, (sexta-feira) pelas 20h30, na sede, sita na Rua António Canastrinha, Lote 12 - nº 1 - 1º B, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações.
- 2 - Actividade dos representantes Autárquicos.
- 3 - Actividade da JSD a nível local.
- 4 - Análise da situação política.
- 5 - Plano de Acção e estratégia política para 2015 (Eleições Legislativas).

POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Pombal para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 14 de Fevereiro de 2015, (sábado), pelas 15h00 na sede, sita na Rua Dr. Luís Torres, 4 - 2º - Pombal com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações da Comissão Política de Secção
- 2 - Balanço das Comemorações dos 40 anos do PSD/Pombal
- 3 - Análise, discussão e votação do relatório e contas de 2014
- 4 - Próximas iniciativas do PSD/Pombal
- 5 - Análise, discussão e votação da proposta de criação do Núcleo Oeste do PSD/Pombal
- 6 - Outros assuntos

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Santarém, para reunir no próximo dia 20 de Fevereiro de 2015 (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Calçada de Mem Ramires, nº 10, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Apresentação e aprovação das contas de 2014
- 2 - Discussão e aprovação do plano de actividades e orçamento para 2015
- 3 - Análise da situação política

TONDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Tondela, para reunir no próximo dia 19 de Fevereiro de 2015 (quinta-feira) pelas 20h00, na sede, sita no Largo Professor Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Apresentação, discussão e aprovação das contas referentes a 2014

TORRES NOVAS RECTIFICAÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Novas, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2015 (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1.- Leitura, discussão e votação da acta da última Assembleia
- 2- Apresentação, discussão e votação do relatório e contas 2014
- 3 - Análise da situação política concelhia
- 4 - Actividade política da CP no último trimestre
- 5 - Actividade política dos representantes autárquicos na Assembleia Municipal no último trimestre
- 6 - Actividade política da JSD a nível local no último trimestre
- 7 - Outras linhas de intervenção, do PSD, a nível local para marcar posição na sociedade
- 8 - Resumo do trabalho da comissão de memória do PSD de Torres Novas

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Torres Vedras, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 20 de Fevereiro de 2015 (sexta-feira) pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua 9 de Abril, nº 1 - 3º, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Apresentação e aprovação do relatório e contas da actividade referente a 2014

- 2 - Apresentação e votação do plano e orçamento para o ano de 2015
- 3 - Análise da situação política local e nacional

VILA NOVA DE PAIVA RECTIFICAÇÃO DE MORADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Nova de Paiva, para reunir, no próximo dia 21 de Fevereiro de 2015, (sábado), pelas 18h30, na Sede, da Junta da União de Freguesias de V. N. de Paiva, Alhais e Fráguas, sita na Rua Cónego Manuel Fonseca da Gama, - Vila Nova de Paiva, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Apresentação e aprovação das contas de 2014
- 2 - Discussão e aprovação do plano e orçamento para o ano de 2015
- 3 - Análise da situação político-partidária

VIMIOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vimioso, para reunir no próximo dia 14 de Março de 2015 (sábado) pelas 18h00, na sede do Agrupamento de Escolas de Vimioso, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção
Mesa da Assembleia de Secção
Comissão Política de Secção
Nota
- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
 - As urnas estarão abertas das 18h00 às 20h00

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Viseu, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro de 2015 (sábado) pelas 21h00, no Solar dos Peixotos (Edifício da Assembleia Municipal de Viseu), com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Aprovação das contas do ano de 2014 e orçamento 2015
- 3 - Análise da situação política

**ALVAIÁZERE**

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, serve a presente para convocar os militantes desta secção para o I Plenário Concelhio Ordinário da JSD de Alvaiázere a ter lugar no dia 7 de março de 2015, pelas 17h00, na sede do PSD de Alvaiázere, sita na Rua D. João I, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Apresentação do plano de atividades;
- 3 - Análise da situação política atual;
- 4 - Outros assuntos.

FORNOS DE ALGODRES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes desta concelhia, para reunirem no próximo dia 21 de Março de 2015 (Sábado), pelas 17h30m, na Sede do PSD de Fornos de Algodres, sita na Rua do Espírito Santo, n.º 2 - R/c Dt., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD de Fornos de Algodres.

Notas:

As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, na morada supra citada, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

As urnas estarão abertas das 17h30m às 19h30m.

CONSELHO REGIONAL DE LISBOA AM

Nos termos dos Estatutos da JSD e Regulamento dos Conselhos Regionais, convoca-se o Conselho Regional da JSD Lisboa AM, para reunir no próximo dia 11 de Março de 2015, pelas 20h30m, na sede Distrital do PSD, Praça São João Bosco 3-B, Lisboa 1350-295 LISBOA, com a seguinte ordem de trabalho:

- Ponto 1 – Informações;
- Ponto 2 - Análise da situação política;
- Ponto 3 - Outros Assuntos.

OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos estatutos da JSD, convocam-se os militantes da concelhia de Oliveira do Bairro, para reunirem no dia 28 de Fevereiro de 2015, pelas 15 horas, na Sala da Assembleia, sita na Rua Banda Filarmónica 30, na Mamarrosa, concelho de Oliveira do Bairro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise do mandato;
- 2 – Outros assuntos.

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio da JSD de Viseu, para reunir em sessão ordinária no dia 21 de Fevereiro de 2015 pelas 16h30, na sede do PPD/ PSD de Viseu, sita no Rossio Nº14 2ºandar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política Atual;
- 3 – Outros Assuntos

